

## PRÁTICAS GERENCIAIS NO ÂMBITO DA ASSISTÊNCIA JUVENIL

### MANAGEMENT PRACTICES IN THE SCOPE OF YOUTH ASSISTENCE

Gustavo Bruno Pereira de Souza<sup>1</sup> - UFV  
Maria das Dores Saraiva de Loreto<sup>2</sup> - UFV  
Rosária Cal Bastos<sup>3</sup> - UFV

#### RESUMO

Este artigo propôs refletir, a partir de narrativas de gestores públicos, as ferramentas gerenciais apropriadas pelo público executor do Programa Jovem de Futuro de Viçosa, MG. Além disso, caracteriza as ações assistenciais de intervenção voltadas para o público jovem no município, enfatizando o processo de constituição dessa agenda política na cidade, assim como as maiores dificuldades enfrentadas no processo de concretização dessas ações. Para tanto, foi feito uso de uma abordagem qualitativa, com aplicação de entrevistas individuais semiestruturadas. Os resultados evidenciaram que as ações se constituíram como espaços concebidos para propiciar aos jovens viçosenses possibilidades de formação multidisciplinar. Constatou-se que, a partir do momento em que os problemas foram sendo atenuados pela equipe gestora, através de ações de mitigação, com readequação de suas estruturas, os projetos passaram a ter condições reais de modificar a vida de seu público-alvo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Juventudes. Políticas públicas. Agentes executores. Gestão. Assistência.

#### ABSTRACT

This article proposes to reflect, from the narratives of the executing agents, management tools appropriated by the executing public of the Program Young of Future Viçosa, MG, characterizing, in addition, the assistance actions of intervention aimed at the public youth in the city, emphasizing the process of constituting this political agenda in the city, as well as the greatest difficulties faced in the process of implementing these actions. For this purpose, a qualitative approach was used, with the application of individual semi-structured interviews. The results showed that the actions were constituted as spaces designed for providing young people from Viçosa with possibilities of multidisciplinary training. It was found that from the moment the problems were being mitigated by the management team, through mitigation actions, with the readjustment of their structures, the projects began to have real conditions to change the lives of their target audience.

**KEYWORDS:** Youth. Public policy. Executing agents. Management. Assistance.

<sup>1</sup>Secretário Municipal de Saúde na Prefeitura de Araponga-MG. Bacharel em Administração pelo Centro Universitário de Viçosa e Mestre em Economia Doméstica pela Universidade Federal de Viçosa. E-mail: [gpb.souza@gmail.com](mailto:gpb.souza@gmail.com) / ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-8168-9550>.

<sup>2</sup>Pós-Doutora em Família e Meio Ambiente pela University of Guelph-Canadá. Bacharela em Economia Doméstica e em Ciências Econômicas, Mestre e Doutora em Economia Rural, pela Universidade Federal de Viçosa. E-mail: [mdora@ufv.br](mailto:mdora@ufv.br) / ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7418-2669>.

<sup>3</sup>Doutoranda e Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa. Servidora Pública Federal e Bacharela em Administração pela Universidade Estácio de Sá. E-mail: [rosaria.bastos@ufv.br](mailto:rosaria.bastos@ufv.br) / ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8233-8122>.

## INTRODUÇÃO

A história revela que, só há pouco mais de 30 anos, o segmento juvenil passou a fazer parte da agenda das políticas públicas no Brasil. De uma relativa invisibilidade, assistiu-se à materialização de proposições, em função, especialmente, da consolidação dessa agenda em nível internacional, a partir de compromissos firmados pela Organização das Nações Unidas (ONU), e à crescente articulação da sociedade civil em torno dessas questões. Frente a essas características, as ações públicas direcionadas ao público jovem desenvolvidas no Brasil, que germinaram, sobretudo, nas últimas duas décadas, originaram-se a partir dessa perspectiva, do reconhecimento do jovem enquanto sujeito de direito e da corroboração da necessidade de intervenção pública sobre ele. Não por acaso, a criação dessa agenda governamental específica ainda é recente no país e seu processo de conquista e efetivação é, da mesma maneira, complexo (Silva; Lopes, 2009; Silva; Silva, 2011; Barreiro; Malfitano, 2014; Santos, 2015).

Com a eclosão dessa temática no cenário nacional, aliado ao advento de uma diversidade de fatores que contribuíram para a emergência de se discutir o tema na sociedade atual (o peso numérico da população juvenil em situação empobrecida e o contexto de deterioramento do cenário macroeconômico brasileiro, em especial no final da década de 1990), bem como com o surgimento de uma situação que acabou engendrando um ambiente propício à promoção de mudanças (principalmente a partir do início da década de 2000), as questões voltadas para as juventudes vêm se modelando com o passar dos anos e têm ganhado cada vez mais espaço na agenda política e social de governos subnacionais (Estados e Municípios) e em outras instituições, desencadeando o fortalecimento da institucionalização de coordenadorias e conselhos de juventude, reforçando as práticas das demandas juvenis (Silva; Andrade, 2009; Rocha; Melo, 2015).

Por essa representatividade, a entrada na arena pública desse grupo social remeteu a instituição de projetos pautados na mitigação de problemas específicos enfrentados por parcelas da população jovem em situação de maior vulnerabilidade social, sobretudo, no que tange à sua inserção na ordem social vigente, tais como aqueles empecilhos relacionados à educação de qualidade, à saúde e ao trabalho decente (Frezza *et al.*, 2009). O advento dessas condições deteriorantes que, em geral, limita potencialidades, interesses e alcance de necessidades, estabeleceu uma série de novos requisitos para com os segmentos juvenis, que engendraram reconhecida estima, induzindo à definição de uma agenda política acerca da temática, no âmbito municipal na cidade de Viçosa, em Minas Gerais, região Sudeste do Brasil.

Em termos de delimitação e proposição empírica, foi estudado o caso do projeto social desenvolvido nesse município, com pouco mais de 70.000 mil habitantes. Desse modo, procurou-se refletir acerca da agenda governamental relacionada à juventude em Viçosa, MG, caracterizando os projetos em execução (considerando período específico, 2015-2020), ao planejamento público do governo municipal nesse contexto, que executa o Programa Jovem de Futuro. Trata-se de um programa que objetiva contribuir com a formação de jovens de 14 a 18 anos de idade, em situação de vulnerabilidade, por meio do investimento em seus desenvolvimentos pessoais, em suas cidadanias e, além disso, em seus aperfeiçoamentos profissionais. A proposta de metodologia do programa enfoca uma perspectiva de cooperação

abarcada numa dimensão multidisciplinar que focaliza o desenvolvimento de competências, saberes, conhecimentos, valores e práticas, através de cursos e atividades condicionados à experiência prática em empresas parceiras.

De maneira geral, o que se almejou alcançar, enquanto formação de uma base de conhecimento, é apreender, a partir de narrativas dos agentes executores do Programa Jovem de Futuro, questões próximas às percepções do público executor da política, objetivando conhecer, paralelamente, como se deu o processo de gestão e funcionamento do programa e das demais ações assistenciais de intervenção voltadas para esse público no município, enfatizando o processo de constituição dessa agenda política na cidade, assim como as maiores dificuldades enfrentadas no processo de concretização dessas intervenções.

No âmbito das dimensões apresentadas, essas desagregações foram mensuradas tendo como fundamento as narrativas expressas por meio dos significados atribuídos por esses mesmos indivíduos, tendo esses aspectos como fios condutores dessa investigação. No caso da pesquisa, essas idiossincrasias ofereceram análises passíveis de engendrar discussões que podem contribuir para verificar ocorrências, com seus possíveis dilemas e horizontes, no que se refere especialmente ao cotidiano de ações desenvolvidas voltadas à temática das juventudes.

Considera-se que o acesso ao conhecimento gerado pode contribuir na divulgação, alcance e maior fortalecimento da construção de políticas institucionais ligadas a projetos públicos que se pontuaram com esse debate, ao propiciar o diálogo com outras experiências brasileiras e quiçá gerar conhecimento de importância acadêmica e social, a partir de novos pontos de vista, conceitos, métodos, técnicas, instrumentos, ferramentas; enfim, tendências e perspectivas que norteiam a construção do saber de determinada área do conhecimento.

Tendo por base a relevância da temática da juventude e o panorama alcançado por essa pauta no âmbito brasileiro, percebe-se uma grande diversidade de propostas direcionadas a estimular a participação juvenil e a abertura de espaços para essa participação, desenhando-se o necessário desafio de problematizar essas estratégias, seus avanços e seus principais entraves.

## AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE NO BRASIL

Nesse trecho foi realizado uma discussão de nível introdutório e foram apresentados aspectos que dizem respeito da tematização das políticas públicas para jovens de segmentos populares urbanos no Brasil, bem como realiza um apanhado das condições que levaram a transformação da condição desses jovens em um problema político, que exigiu respostas por parte do Estado. Não se trata aqui de descrever todos os programas efetivados, mas sim, por meio de uma exposição, apreender as principais tendências no campo das ações públicas dirigidas aos jovens.

No Brasil, os segmentos juvenis percorreram um longo caminho até se depararem com a possibilidade de vislumbrarem, na agenda política do governo, algumas das questões que os afligiam (Rodrigues, 2009). No cenário das políticas públicas - estratégias governamentais que mediam uma situação problemática que aflora de determinada sociedade e/ou grupo social com o intuito de propiciar uma situação futura melhorada - durante décadas, a juventude

ibero-americana ficou muito atrás na disputa travada com outros temas sociais por um lugar na agenda governamental dos países da região (Silva; Silva, 2011; Silva; Andrade, 2009).

Segundo Sposito e Carrano (2003), num longo período, essa temática permaneceu num patamar interpretado como um “estado de coisas”, uma rica metáfora que traduz bem a ideia de como essa questão era pautada na agenda pública decisória, situação problemática, que atinge de formas distintas amplos segmentos da sociedade sem, contudo, chegar a mobilizar as autoridades políticas (Silva; Lopes, 2009).

Os autores que se referem à visibilidade desse grupo geracional na condição de alvos da ação pública, como Sposito e Carrano (2003), Silva e Andrade (2009), Silva e Silva (2011), Corrochano *et al.* (2017) e Tommasi e Corrochano (2020), defendem que a percepção mais aguçada dos problemas presentes no universo juvenil resultaram, em grande medida, da complexificação do cenário político, econômico e sociocultural global, momento em que ocorria a depreciação do modelo de organização do trabalho até então existente, a desterritorialização dos processos produtivos com a criação de grandes conglomerados industriais e o grande ritmo das transformações tecnológicas, que aceleravam de forma vertiginosamente rápida. Além disso, observou-se o registro de acontecimentos emblemáticos envolvendo meninos e meninas de rua, na década de 1980, bem como episódios de natureza violenta, abrangendo variados e diferentes grupos de jovens, em especial, a repercussão nacional do caso do assassinato do índio Galdino, no ano de 1997, em Brasília, como defendem Silva e Andrade (2009).

Dessa forma, nesta sistematização, como argumentam Corrochano *et al.* (2017), o imaginário social da condição juvenil – sobretudo daqueles que viviam de maneira particularmente dramática – até então construído, vinculado, muitas vezes, a episódios de violência e como ameaça à ordem social, “acaba por desencadear ações públicas centradas, num primeiro momento, no combate à violência, e, num segundo momento, já no início dos anos 2000, no desemprego” (Rodrigues, 2009, p. 138).

Dito de outra forma, como ressaltam Ribeiro e Macedo (2018), as questões que emergiram no cenário público, citadas acima, criaram destroncamentos que permitiram a entrada, na agenda pública, de novos fatos e realidades que impactaram a representação sobre a juventude no imaginário social brasileiro, desestabilizando consensos até então preestabelecidos. Dessa forma, um conjunto de pendências demandantes de políticas públicas, que antes estava silenciado, ganhou a cena pública explicitando uma contemporânea condição juvenil (Ribeiro; Macedo, 2018).

A juventude emerge, portanto, como objeto de preocupação temática, como questão política e tema de políticas públicas. Preliminarmente, as políticas públicas de juventude consistiram-se em criar, basicamente, condições para que os cidadãos fragilizados proprietários da força de trabalho pudessem ser incluídos nas relações de troca. A visão defendida por Carvalho e Noma (2011, p. 168), se soma a essa perspectiva, pois, concebem as políticas públicas de juventude como “o conjunto de princípios, estratégias e ações que estabelece os direitos e responsabilidades dos jovens, afirma suas identidades e potencialidades e cria condições para que estes sujeitos participem da vida social, econômica e cultural do país”.

Invariavelmente, a primeira onda de políticas voltadas especificamente para esse segmento, como defendem Sposito e Carrano (2003), começou na década de 1990; período, como bem lembra Corrochano *et al.* (2017), caracterizado por um aumento expressivo do ritmo de crescimento do grupo etário de 15 a 19 anos de idade, baixo crescimento econômico, abrupta queda do emprego industrial e grave acentuação das desigualdades socioeconômicas (Martins, 1997; Sposito; Carrano, 2003; Rodrigues, 2009; Silva; Lopes, 2009; Corrochano *et al.*, 2017).

Alguns dados apresentados por Martins (1997), consubstanciam essas reverberações levantadas preliminarmente, ao advertirem as imensas dificuldades que passaram a constituir graves questões sociais, de toda ordem, que eram impostas aos jovens.

Também recorrendo ao contexto da década de 1990, Rodrigues (2009) e Corrochano *et al.* (2017) ainda salientam que esses fatores citados acima, atrelados ao papel desempenhado pela mídia, que recorrentemente divulgava e massificava essas projeções econômicas de disparidades no quadro social e esses eventos de violência, são, certamente, elementos desencadeadores desse processo de ampliação, que contribuíram para criar, no imaginário social, a representação da juventude como um problema, imergindo, além disso, nesse contexto, mudanças destinadas à valorização dos direitos e o reconhecimento de que a juventude não se limita apenas à adolescência. “É nesse sentido que projetos e ações voltados para os segmentos juvenis já não podiam se limitar aos aspectos ligados à proteção [...]” (Rodrigues, 2009, p. 139).

O atendimento das demandas e necessidades desses sujeitos começou a incorporar um discurso onde os jovens passaram a ser reconhecidos como sujeitos com necessidades e especificidades próprias e singulares, em detrimento a outros segmentos etários.

Seguindo análise de Sposito e Carrano (2003), num estudo minucioso que apresenta as primeiras iniciativas políticas juvenis que floresceram, principalmente, nos mandados do governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, os autores assinalaram que, apesar de terem se constituído em importantes iniciativas na inserção do tema juventude na agenda institucional, muitos projetos estavam sendo desenvolvidos, ligados a muitos ministérios.

Silva e Andrade (2009), que também pontuaram acerca desse debate, aduzem, da mesma forma, que as propostas que remontam a esse período eram orientadas para o controle da ociosidade dos jovens e destinados especialmente para os moradores dos bairros pobres das grandes cidades brasileiras. Eram quase sempre iniciativas pontuais de curta duração e associadas a programas esportivos e culturais, particularmente. Segundo Sposito e Carrano (2003), essas ações atuavam de maneira isolada, sem protocolos de avaliação e monitoramento das ações, apresentando fragmentação setorial e pouca consistência conceitual e programática.

Desta forma, visando combater o paralelismo, a frágil institucionalidade e a fragmentação das ações federais dirigidas ao público jovem (Silva; Andrade, 2009), esse processo foi o que desencadeou, à luz de um novo governo, como ressaltam Corrochano *et al.* (2017), novos marcos legais, diferentemente dos então estabelecidos, centrados na criação de instâncias de coordenação e articulação das políticas dirigidas a juventude, bem como de novos parâmetros, tanto para a formulação, quanto para a elaboração de políticas públicas (Peregrino

*et al.*, 2018).

Algumas instituições governamentais dedicadas à análise e solução de problemas sociais específicos foram criadas, tais como a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), vinculada à Secretaria Geral da Presidência da República; o Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE), órgão de caráter consultivo e encarregado de assessorar o governo a partir do desenvolvimento de estudos e pesquisas, visando promover políticas de juventude; além do Programa Nacional de Inclusão dos Jovens (PROJOVEM), ação emergencial para jovens excluídos da escola e do mercado de trabalho. Assim, o processo de debate e formulação de políticas inaugurou-se novamente, entre 2004 e 2005, como parte dessa tentativa de mudança no olhar para as políticas públicas direcionadas a esse segmento (Rodrigues, 2009; Silva; Andrade, 2009; Corrochano *et al.*, 2017).

Um outro, dos importantes avanços alcançados, foi a formulação da Agenda e do Plano Nacional de Trabalho Decente para a Juventude, entre 2006 e, até meados de 2015, com apoio técnico da Organização Internacional do Trabalho - OIT (Tommasi; Corrochano, 2020). A agenda previa uma série de ações relativas à formalidade do emprego, salário, saúde, segurança, proteção social e direito à sindicalização (Corrochano *et al.*, 2017).

Como observa Rodrigues (2009), apesar de ter havido um consenso em torno da proeminentemente necessidade da criação de desenhos institucionais específicos para possibilitar o desenvolvimento e gestão de políticas especiais para a juventude, havia também diferentes concepções relacionadas a esse desenho, observando-se muitas disparidades que provocaram a eclosão de múltiplos conflitos, intensos debates e críticas, atravessados por distintas concepções, ademais que espaços reservados a esse tipo de iniciativa ainda estavam em construção no âmbito do poder público, o que obrigava a pauta competir com outras políticas sociais já consolidadas (Rodrigues, 2009).

Os processos de constituição dessa agenda juvenil governamental, experimentados em 2004 e 2005, que alcançaram maior organização institucional se comparada às mesmas experiências vivenciadas no decorrer da década de 1990, como demonstrou Sposito e Carrano (2003), frente aos eventuais cortes e possibilidades de reformulações - dada a frágil legitimidade da pasta, como setor específico, além da eminente ausência de articulação dos programas juvenis com as políticas educacionais e com o sistema público de trabalho, emprego e renda - que aconteceram eventualmente, em 2008, fez com que diferentes programas juvenis até então existentes fossem incorporados, sendo criado o Projovem Integrado (Silva; Andrade, 2009; Tommasi; Corrochano, 2020).

Na concepção de Silva e Andrade (2009), essas recomendações de readequações das ações anteriores feitas em 2008, na tentativa de criar políticas e programas juvenis em torno de um denominador comum, visando à melhoria da gestão, encontraram grande resistência por parte dos órgãos executores, situação que acabou engendrando um ambiente pouco propício à promoção de mudanças, que visavam resolver problemas desencadeadores de dificuldades, que inviabilizavam a perpetuação saudável das ações, complexificando o cenário das políticas públicas direcionadas ao público jovem (Silva; Andrade, 2009).

No interior do aparelho do estado, a presente diversidade de perspectivas, proposições

e interesses inerentes às políticas de ação com jovens, com uma diversidade de operações e diferentes definições de prioridades em face de outras políticas, parecem ter potencializado o cenário de competição e causado o padecimento, na arena pública, das discussões acerca das demandas dos sujeitos desses segmentos (Rodrigues, 2009; Silva; Lopes, 2009; Silva; Andrade, 2009); situação agravada “diante do jogo de forças presente entre os atores, na conjuntura de 2015 e 2016, às vésperas do *impeachment* de Dilma Rousseff” (Tommasi; Corrochano, 2020, p. 359).

Diante da mudança desse contexto político, os novos tempos reforçam a constatação de que o Brasil percorre uma nova trajetória histórica, precisando enfrentar uma conjuntura de grave restrição dos gastos na área social, por decorrência da forte restrição fiscal imposta pelo Estado, onde já se observava um esvaziamento de muitos programas sociais existentes voltados para distintos grupos e segmentos sociais, dentre os muitos, como aqueles associados à juventude (Corrochano *et al.*, 2017; Tommasi; Corrochano, 2020).

Posto isso, pressupõe-se que a relação entre os jovens, as instituições e a sociedade, por meio das políticas públicas, vem sendo objeto de intensa mobilização. A complexidade desse sistema de proteção, principalmente quando se pensa sobre essas novas alterações no cenário macroeconômico, que introduziu novos elementos a esse debate, aliada à dificuldade no acesso aos meios para lidar com esta nova semântica, impedem o avanço da construção da conquista de um status das ações do segmento jovem, enquanto setor específico.

No âmbito dessas dimensões, essa conjuntura foi contextualizada considerando as experiências vividas por um município mineiro de 70.000 mil habitantes (Viçosa, Minas Gerais). Obstante à complexidade que essa pauta representa, questões relacionadas a esse problema foram trazidas para a cena pública municipal por uma série de atores sensíveis às causas juvenis, que lutaram para incluí-las nas pautas e debates, iniciando um amplo processo de discussão acerca da emergente necessidade de instauração de ações voltadas para esse público, que efetivamente ganhou relevância em termos de preocupação institucional na cidade.

Esse cenário, portanto, necessita ser mais bem conhecido e analisado, justificado pela contribuição empírica das estratégias e desafios das práticas de gestores locais, no que se refere às ações de adaptação e resiliência, apontando para a importância do debate social com relação às características dessas dimensões no período mais recente, no contexto das políticas públicas.

## CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Em função do desejo de compreender o significado que os sujeitos deram ao fenômeno e à realidade subjetiva dos envolvidos na pesquisa, a coleta dos dados se deu a partir de uma abordagem qualitativa, considerada relevante para o desenvolvimento da pesquisa. Como realidade empírica deste estudo tem-se o município de Viçosa, localizado no estado de Minas Gerais, região Sudeste do Brasil. O fato de essa cidade ter induzido à definição de uma agenda política acerca da temática juvenil no âmbito municipal e apresentar características que a denotam, enquanto agente proponente de várias frentes de atuação, justifica a escolha por esse

município, enquanto delimitante para busca de informações, adequada às pretensões desse texto.

A instrumentalização da pesquisa perpassou etapas nas quais o levantamento e a sistematização de informações referentes ao objetivo argumentado compreenderam como a primeira etapa do processo investigativo. Essa parte da pesquisa foi realizada por meio da coleta de materiais e elementos acerca dos programas e ações desenvolvidas, a fim de compreender a sua essência e apreender informações das práticas concebidas e o mapeamento das iniciativas por meio de pesquisa em páginas na *internet* e publicações às quais foi passível o acesso (site da Secretaria Municipal de Assistência Social, *site* da Prefeitura Municipal de Viçosa, *folders* de divulgação de ações empreendidas, materiais didáticos e guia de estudos do educando para as diferentes unidades formativas).

Num segundo momento, foi realizada a coleta de dados empíricos primários mediante entrevistas individuais semiestruturadas. Um ponto importante verificado para se alcançar qualidade na obtenção das informações, a partir das quais foi possível estabelecer a análise e chegar à compreensão mais profunda dos pontos delineados, foi a definição de critérios para a seleção dos sujeitos que faziam parte do campo de investigação, abordando aqueles indivíduos com elevado grau de representatividade para o objeto do estudo, em especial aqueles que detinham informações e conhecimentos indispensáveis para responder com riqueza de detalhes os tópicos basilares desse texto.

A coleta dos dados foi orientada pela aplicação de um roteiro de entrevista fundamentado em um modelo anteriormente elaborado e aplicado por Bastos (2017) e Carmo (2019), que norteou as entrevistas que tiveram um tempo estimado de realização que variou entre 40 e 60 minutos.

As questões do roteiro foram dispostas em um bloco único, de forma que as questões da coleta de dados enfocassem aspectos aos momentos ‘vivididos’; ou seja, focalizando prismas da realidade desses participantes, no âmbito das suas experiências, de forma a permitir uma construção compartilhada sobre o que eles viveram e sentiram naquele processo. A estruturação dele foi orientada pela busca de segmentos de questões que permitissem obter tais informações.

O roteiro correspondeu a um conjunto de assuntos que objetivaram conhecer o funcionamento de programas e projetos desenvolvidos na cidade, bem como sua realidade, buscando elucidar atributos de sua participação no mesmo, enfatizando as dificuldades, percepções, principais desafios vivenciados, bem como as estratégias adotadas e pontos de vista dos agentes executores. As entrevistas foram realizadas junto a quatro pessoas, abarcando professores, auxiliares, secretários e coordenadores. No entanto, o discurso das entrevistas 2, 3 e 4 se centraram em discursos/manifestações secundárias. Dessa forma, em função do desejo de abordar o funcionamento do Programa Jovem de Futuro em profundidade, as falas da entrevista 1 se mostraram mais consistentes para a construção desse objetivo, sendo que, suas contribuições foram mais representativas e, por conseguinte, foram mais ressaltadas.

As entrevistas foram realizadas de forma *online*, através de chamada de vídeo e/ou áudio, a partir de ligações telefônicas e/ou pelo aplicativo *WhatsApp* ou pela plataforma do



*Google Meet*. A ferramenta de coleta dependeu da maneira escolhida pelo participante, assim como decidir se a entrevista seria gravada ou não. Nos casos em que gravação não foi autorizada, as respostas foram anotadas e lidas para o(a) participante verificar a veracidade das anotações. Uma vez concluída a coleta dos dados, procedeu-se com a transcrição das informações, que foram armazenadas em dispositivo próprio. Os dados da entrevista foram transcritos com o auxílio do *Google Docs*. As informações foram registradas em um banco de dados, ao qual somente o pesquisador teve acesso. Cada sujeito teve suas respostas registradas de tal modo a permitir a observação das narrativas relatadas.

Foram realizados o arranjo e uma primeira pré-análise do conteúdo reunido. Nessa etapa da pesquisa, o *software* empregado para operacionalização, organização e exposição dos fatores em explanação foi o *Microsoft Word*. No que tange ao processo de análise dos dados, esta foi orientada pela técnica de Análise de Conteúdo, baseando-se nas técnicas metodológicas desenvolvidas por Bardin (2011), estabelecendo categorias de análise e focando nos pontos comuns e nos divergentes, nas singularidades e particularidades próprias de cada sujeito.

Vale ressaltar que o projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Viçosa (UFV), sendo aprovado sob o registro CAAE 47107321.1.0000.5153. Além disso, todo o processo de coleta de dados foi viabilizado mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) pelos participantes da pesquisa.

## DADOS DA PESQUISA

### O processo de estruturação do Programa Jovem de Futuro em Viçosa, MG

Antes de iniciar a contextualização dos dados coletados com os gestores e, assim, conhecer suas vivências, considerou-se importante ter uma visão acerca do Programa Jovem de Futuro (PJF), que parece ser um dos maiores projetos (em número de atendidos) voltados para as juventudes em Viçosa, MG. O PJF trata-se de um projeto que visa contribuir com a formação e promover a participação social de jovens nas relações de troca, mediante o oferecimento de cursos de aprendizagem que envolvem, especialmente, a cultura digital e o empreendedorismo (informática, técnicas de venda e de administração, liderança e desenvolvimento pessoal). No entanto, o programa passou por readequações na sua estrutura pedagógica, conforme relato:

[...] quando eu assumi a pasta da inclusão produtiva foi já em 2016 né. Nós tínhamos diversos projetos para poder tocar e eu me encontrei com o Programa Jovem de Futuro encaminhando né, tinha alguns jovens participando do programa; porém, não tinha uma parceria concreta, não havia sequências de disciplinas a serem seguidas. Então, eu parei e comecei a pensar como que eu iria dar um formato para esse projeto para poder segurar os jovens né, primeiro você tem que ter ideia do projeto, depois você tem que saber como é que você segura os jovens, prender a atenção deles por quase um ano ali trabalhando conosco né para que não fique monótono. A nossa

primeira turma ela foi voltada para assistentes administrativos, eu me deparei com uma turma que já estava com 30 alunos e pensei... poxa estou formando 30 jovens para uma profissão né. Vamos dizer, eu vou ter 30 jovens que vão se capacitar em rotinas administrativas e como é que eu vou colocar eles no mercado de trabalho né, não vou ter vaga, não vou ter espaço [...] (Entrevista 1, coordenador, homem).

Nem sempre o PJJF manteve uma estrutura formativa ampla. Inicialmente, o projeto oferecia uma formação básica e introdutória de auxiliar administrativo para os jovens beneficiários. Em função da pouca dinamicidade do projeto, os gestores municipais viram a necessidade de realizar ajustes nas diretrizes curriculares do programa, conforme ilustram as falas a seguir:

[...] então eu fui pensando, fui atrás da UFV, que foi uma das minhas primeiras parceiras [...] eu expus a eles; falei, olha... tem um projeto chamado de jovem de futuro e eu estou querendo fazer algumas modificações, transformar esse projeto em um projeto mais amplo que possa dar ao jovem várias oportunidades ao mesmo tempo, não só uma oportunidade de aprender uma profissão de assistente administrativo. (Depois da parceria firmada) nós colocamos, para os jovens, aulas de informática, aulas de inglês, os jovens começaram a viver rotinas administrativas, rotinas financeiras, tiveram acesso a minicursos que foram ministrados por empresas Juniores e por projetos de extensão ligados a UFV, o que trouxe para nós um enriquecimento muito bom para o projeto [...] (Entrevista 1, coordenador, homem).

### **A estrutura institucional disponibilizada aos jovens que ingressaram no Programa Jovem de Futuro e as formas de seleção dos beneficiários**

Nesse processo de remodelamento, quanto à organização do desenho, o PJJF foi desenvolvido e organizado em turnos, que são compostos de duas turmas (uma de manhã e outra à tarde). Os espaços do PJJF de Viçosa funcionavam nas dependências físicas de instituições municipais e, completando metade do módulo de ensino, havia mudança do local de concentração de educandos e alunos. A partir do início desse segundo momento do programa, o espaço de referência e local de encontro para os jovens funcionava na Universidade Federal de Viçosa (em uma casa para este fim), como forma de ser um local de busca de informação, de inspiração, de orientação e estudo. Nesse espaço, no Campus da UFV em Viçosa, eram desenvolvidas atividades em grupo, eventos culturais e outras ações, que favoreciam o processo formativo dos alunos, conforme relato:

[...] a nossa sede ela funcionava dentro da Universidade Federal de Viçosa, na Vila Gianetti. Eu tinha um espaço para os jovens lá, então eu comecei a fazer essa troca de energia com jovens, tirando eles do local que eles moravam, na periferia, e trazendo eles para pensar junto comigo dentro da Universidade, conhecendo pessoas que estão graduando e que estavam ali na frente com o

propósito de fazer a vida desses jovens se transformar [...] (Entrevista 1, coordenador, homem).

Desse modo, por mais que o programa funcionasse de forma parcial em uma casa localizada na Vila Gianetti, a maioria das atividades educacionais do programa era oferecida num local conhecido na cidade como “Tiro de Guerra”. Observando imagens dos locais onde essas atividades educacionais eram desenvolvidas é possível notar logo na entrada da sala de aula um espaço com carteiras dispostas em filas verticais. Ao longo das observações feitas por imagens e pelos relatos dos gestores e professores, constatou-se que essa sala era permanentemente utilizada pelos jovens e educadores para concretização de grande parte das matérias teóricas. Ao passo que, na imagem ao qual foi passível o acesso, à frente, havia um quadro médio preto, com escritas e figuras feitas a giz, o que denota que ele era bastante utilizado para o planejamento, discussão de temas, como suporte para a realização de avaliações, bem como pelo grupo cultural formado por graduandos da UFV, que participavam e desenvolviam projetos em formato de coparceria.

A equipe multidisciplinar do PJJ era composta por diferentes núcleos, que possuíam um grupo composto por: equipe pedagógica (graduandos em Engenharia, História, Administração, Economia, Dança, Biologia e Letras); Assistentes Sociais do CRAS e CREAS para trabalhar a ação comunitária; Nutricionistas; Profissionais da Secretaria de Educação e Assistência Social de Viçosa; Coordenação Pedagógica, de Gestão Administrativa e Marketing.

Importante ressaltar que o público-alvo dessas intervenções eram compostas fundamentalmente por usuários dos serviços de assistenciais; quase sempre filhos de indivíduos das massas trabalhistas beneficiárias do Programa Bolsa Família, parte de um segmento da sociedade local que vive de maneira mais agravada (mães e pais de família, inseridos numa ordem de situações diferenciadas, acirradas pelo aprofundamento da questão social), como relatado:

[...] nós já temos um público pré-selecionado que é um público que já é atendido e assistido pela rede da assistência social. Como eu te falei existem os equipamentos CRAS e CREAS e o Conselho Tutelar aonde eles já têm os jovens que são trabalhados junto com a família. Esses jovens têm a preferência de estarem participando do projeto, mas também abrimos algumas vagas para jovens oriundos do Programa Bolsa Família, de escolas municipais e estaduais que estejam matriculados e frequentes [...] (Entrevista 1, coordenador, homem).

As inscrições dos alunos interessados em participar do PJJ eram feitas mediante preenchimento de formulário junto à coordenação municipal. Em casos excepcionais, outros jovens também eram abarcados pelo projeto, conforme relato:

[...] às vezes jovens que vem de liberdade assistida em medida socioeducativa que tiverem algum probleminha de furto ou com droga e aí o juiz delibera para que a Assistência Social coloca esses meninos em algum ou atividade que

vai ocupar o tempo deles [...] (Entrevista 1, coordenador, homem).

A partir da análise dos dados concatenados, percebeu-se que o PJJF se estruturava em práticas de concepção, que tinham como fio basilar a integração entre a educação e as ações de âmbito cultural, com vistas à promoção da equidade e superação da situação de dificuldade em que se encontravam os jovens, considerando as especificidades de seu público-alvo.

A proposta de currículo do programa enfocava uma perspectiva de cooperação, abarcada numa dimensão multidisciplinar, que focalizava o desenvolvimento de competências, saberes, conhecimentos, valores e práticas compatíveis com situações vivenciadas no dia a dia desses jovens, de maneira que as questões sociais, de trabalho e de participação cidadã, que eram abordadas nas discussões, se entrelaçassem em um currículo amplo para uma melhor orientação e direcionamento do jovem.

No processo formativo, que tinha duração de 12 meses, os jovens realizavam diversas etapas, conforme material didático. A vivência desse processo pelos jovens era acompanhada pelos parceiros do PJJF e por uma equipe de educadores e estagiários do programa. A metodologia utilizada nas ações do processo formativo pressupunha que os conhecimentos eram mais bem apropriados pelos jovens durante o fazer, conforme ilustram as falas a seguir:

[...] nós chegamos ao final de 2019, com a ideia de uma incubadora de pequenos negócios, porque todo começo do programa [...] eu pedia para eles que eles desenvolvessem um modelo de negócio, que fosse gerido por eles e eu tive uma surpresa muito boa que eles me apresentaram dois modelos de negócios, no ano de 2019, que me surpreendeu. Eles criaram duas miniempresas, uma de TAG de papel [...] e uma outra ideia foi a venda da kombucha [...] (Entrevista 1, coordenador, homem).

A partir da análise das informações coletadas com os gestores pelo instrumento qualitativo de coleta de dados, após os estudantes absorverem conhecimentos para compreender conceitos relativos ao empreendedorismo, um grupo de alunos do projeto chegou a desenvolver duas ideias de negócios. A primeira, denominada de TAG do Futuro, desenvolveu uma etiqueta para acompanhar produtos alimentícios vendidos em embalagens de isopor e plástico, conforme Figura 1.

**Figura 1** - TAG do Futuro - Miniempresa (2019)



Fonte: G1 (Zona da Mata). Extraído de: <https://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/noticia/2019/12/14/alunos-do-programa-jovens-do-futuro-criam-empresas-em-vicosa.ghtml>. Acesso em: 07 jan. 2022.

A etiqueta, segundo os relatos, era desenvolvida com papel e tinta biodegradáveis, com sementes na sua composição (no interior da etiqueta). A ideia era que o consumidor, ao utilizar a mercadoria, utilizasse a etiqueta plantando as sementes na embalagem do produto adquirido. Assim, depois de um tempo, o recipiente se tornaria um vaso com flores ou outras plantas, de acordo com as sementes que acompanharam o rótulo.

Outros alunos desenvolveram a Scoobyddo-chá, aperfeiçoando um Kombuchá, bebida natural produzida a partir de probióticos acrescidos de sabores de frutas (Figura 2).

**Figura 2** - Scoobyddo-chá - Miniempresa (2019)



Fonte: G1 (Zona da Mata). Extraído de: <https://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/noticia/2019/12/14/alunos-do-programa-jovens-do-futuro-criam-empresas-em-vicosa.ghtml>. Acesso em: 07 jan. 2022.

Em sua proposta para o desenvolvimento dos conteúdos previstos, os alunos recebiam material didático elaborado especificamente pelo programa e pelas instituições parceiras. A operacionalização do PJJ se dava por meio de uma estrutura administrativa prevista para funcionar de forma integrada. A coordenação pedagógica era responsável pela organização do material didático e atividades correlacionadas diretamente ao processo de ensino

aprendizagem.

A equipe de gestão se incumbia pelas atividades administrativas e de *marketing*, desenvolvendo ações, como: definição de critérios para a efetivação da matrícula; acompanhamento da frequência e do desempenho escolar dos alunos; gestão das concessões (auxílio transporte, alimentação, uniforme); distribuição de materiais; seleção de pessoal; veiculação de informações; centrais de atendimento; *site* e *web*, e, afins.

Algumas instituições parceiras integravam esse sistema, responsabilizando-se, da mesma forma, pela operacionalização de algumas das atividades desenvolvidas (Casa do Empresário de Viçosa e instituições sem fins lucrativos). A Universidade Federal de Viçosa se integrou a esse sistema mediante convênio de Cooperação Técnica firmado com a Secretaria de Assistência Social, atuando em diversos âmbitos do projeto, com o objetivo de operacionalizar algumas das atividades propostas pelo programa: visitas a museus e imersão no ambiente universitário, conforme relatos:

[...] consegui fazer um termo de cooperação técnica entre o município e a UFV para beneficiar o programa Jovem de futuro e isso tudo a gente fazendo junto, a gente escrevendo e já executando o projeto; a casa do empresário, local onde você tem todos os empresários de Viçosa, ali dentro desse local, eu tive oportunidade de ir inúmeros vezes e em grandes palestras ministradas pela casa do empresário e falar do projeto, tanto que eles absorveram os meus jovens para inserir no mercado de trabalho e apresentar o meu projeto para outros empresários [...] então a primeira coisa que eu vi necessidade foram buscar parceiros quem acreditassem no projeto porque você não consegue trabalhar sozinho [...] (Entrevista 1, coordenador, homem).

De acordo com a análise dos dados coletados com gestores do PJJ, ações de parceira eram desenvolvidas com grupos e instituições diversas, que atuavam desde as áreas de atividades relacionadas à cultura, até oferecimento de estágios e conteúdos relacionados ao empreendedorismo. Em geral, essas atividades referiam-se aos oferecimentos de formações mediante minicursos, percebidos pelos gestores, como possibilidades de contribuir para a formação dos alunos.

Caruso e Posthuma (2020) corroboram essa discussão, assinalando que, pelo mundo afora, existe prevalência de modelos de formação por alternância, no qual parte teórica da formação é realizada no ambiente de aprendizagem e uma parte prática é conduzida em empresas. Essas estratégias são comuns para diminuir o tempo de transição entre a formação e o trabalho, assim como para uma maior aproximação do sistema educacional com o sistema produtivo.

Nesta sistematização, os associados participavam de grande parte das atividades, sendo que estes também traziam contribuições para a coordenação pedagógica. Dependendo das demandas do PJJ, novos profissionais eram inseridos na equipe. Assim, o número de membros ativos, seja de coordenação e/ou de educadores, variava a cada ano.

## Dificuldades vivenciadas e o processo de evasão dos alunos admitidos no Programa Jovem de

## Futuro - Viçosa, MG

Outro aspecto exposto nas falas dos gestores participantes foi sobre a evasão dos alunos durante o processo de passagem no processo formativo. Foi possível perceber, nos depoimentos desses sujeitos, que um dos motivos principais da evasão dos jovens participantes do programa era a necessidade de trabalhar e por problemas relacionados à gravidez na adolescência. Esses alunos eram encaminhados a outros serviços assistenciais, de acordo com suas necessidades. Os gestores apontaram que a maior parte desses jovens, que iniciou sua participação nas atividades do programa e depois interrompeu o vínculo com o projeto, era, majoritariamente, de jovens homens com maior idade.

Quando perguntados sobre as estratégias adotadas para contornar ou mitigar essa situação, as falas demonstraram que as estratégias empreendidas foram delimitar a idade de participação no programa, concentrando esforços na população de jovens eletivos para o projeto com idade entre 14 e 18 anos, conforme relato:

[...] nós tínhamos aberto as inscrições dos 14 a 24 anos, seguindo a lei do menor aprendiz [...] mas a gente [...] então [...] reduziu de 14 para no máximo 18 anos a faixa etária de permanência no projeto [...] (Entrevista 1, coordenador, homem)

[...] sempre os homens mais velhos [...] é que não tinham a pretensão de crescer, isso é notório. Você vai conversar com uma turma de jovens você vai ver um [...] engajado em crescimento e o outro [...] não tá querendo mais ouvir conversa de professor [...] a gente não pode obrigar os jovens [...] a ficar conosco a gente dá um livre arbítrio [...] (Entrevista 1, coordenador, homem).

O momento percorrido por essa pauta na cidade abriu espaço para a delimitação de outras frentes de atuação relacionadas à juventude. Foram empregados esforços a fim de relatar essas práticas e como essas ações norteadoras para a construção de estratégias afirmativas vêm sendo desenvolvidas para os jovens viçosenses. Para a contextualização dessa dimensão, a categorização dos conteúdos explorados foi feita a partir da análise das informações coletadas pelo instrumento qualitativo de coleta de dados e a concatenação de informações das práticas concebidas e divulgadas em páginas oficiais na internet, que foram averiguadas como parte do processo investigativo. Os dados estão dispostos no Quadro 1, adiante.

**Quadro 1 - Mapeamento dos programas municipais de juventude, Viçosa, MG**

PROGRAMAS	AÇÕES
Centro C. Padre Antônio Mendes	Visa a iniciação profissional de jovens, mediante o oferecimento de cursos de informática, treinamento de garçons, atendente de loja, recepcionista e eletricista amador, dentre outros.

<b>Jovem Aprendiz</b>	Objetiva elevar o grau de escolaridade de jovens de 14 a 24 anos que estejam matriculados e frequentes em escolas da rede pública e/ou privada. O programa prevê a participação de jovens em cursos de aprendizagem teórica oferecidos uma vez por semana condicionados à experiência prática em empresas parceiras. O programa tem duração de até dois anos.
<b>Centro de Inclusão Produtiva</b>	Cursos de curta duração (corte e costura, inclusão digital, técnico em informática, cabelo e maquiagem, dentre outros) direcionadas a qualquer pessoa vinculada aos dispositivos da Assistência Social de Viçosa (CRAS, CREAS, Conselho Tutelar etc.) ou que sejam beneficiários do Programa Bolsa Família.
<b>Programa Jovem de Futuro</b>	Direcionado ao oferecimento de ações de aprendizagem com foco na educação empreendedora de jovens em situação de vulnerabilidade social. Tem por finalidade a reinserção social e o desenvolvimento pessoal de jovens com 14 a 18 anos acompanhados pelos diversos segmentos do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), como CRAS, CREAS e Conselho Tutelar, por meio de cursos e atividades profissionalizantes condicionados à experiência prática em empresas parceiras. O programa tem duração de um ano.

Fonte: Prefeitura de Viçosa. Extraído de: <https://www.vicoso.mg.gov.br/detalhe-da-materia/info/inclusao-produtiva-oferece-curso-de-leitura-de-plantas/41154>. Acesso em: 24 jan. 2022. Associação Assistencial e Promocional da Pastoral da Oração de Viçosa – APOV. Extraído de: <https://www.apov.org.br/nossos-projetos>. Acesso em: 24 jan. 2022.

O mapeamento dos programas municipais de juventude possibilitou descrever as principais práticas desenvolvidas, que se processam no interior do supracitado município, até o momento da escrita deste texto (março de 2022). Foi possível perceber que, considerando o cenário municipal, os esforços para desenvolver políticas mais eficientes e inclusivas envolveram uma rede de atores que definiram e influenciaram diretamente no desenho das políticas da cidade. O contexto social, político, econômico e institucional em que todas essas questões foram definidas também exerceram influência direta no desenho dessas ações, suscitando frentes de atuação comum, com objetivos diferenciados, apesar de direcionadas ao mesmo objeto.

## DISCUSSÕES FINAIS

De modo geral, os dados apresentados permitiram uma visão ampla da realidade estabelecida. Apesar das características dos critérios elegidos neste estudo para a operacionalização desse trabalho, particularmente a escolha de limitar as falas das entrevistas, elencando aquela com mais representatividade e/ou que se mostrou mais consistente para a construção desse texto, foi possível perceber que independentemente do tempo de implementação dessas políticas no município, as experiências vividas (em especial, referente ao caso específico do Programa Jovem de Futuro), denotam que os agentes executores de alguns desses programas possam passar por grandes desafios para sua efetiva execução, dada a condição dessas políticas sociais, associadas, quase sempre, a governos específicos que não se tornaram políticas amparadas de grande regulamentação, o que torna esses programas suscetíveis às questões relacionadas à alternância de poder.



Foi possível perceber também que os programas empreendidos pelo município atendem a uma faixa específica e elas não coincidem com os grupos etários definidos pela Política Nacional de Juventude. Emerge, portanto, o desafio de ampliar as iniciativas que contemplem outros grupos juvenis (18 a 29 anos), diante da constatação de uma oferta reduzida de programas direcionados a essas outras faixas etárias. Há sinais que denotam a existência de práticas setorializadas e certa sobreposição de ações aos sujeitos com 14 a 18 anos.

Entende-se ser fundamentais ações multidisciplinares a fim de articular estratégias que permitam não somente a efetiva execução desses programas, mas à vontade política de ampliar a multisetorialidade articulada no desenvolvimento de projetos associados a condição juvenil. No que tange ao funcionamento do PJF, considera-se que deve ocorrer uma reestruturação com ajustes, reavaliação e algumas alterações relacionadas à sua execução. Da mesma maneira, o PJF tem potencial para proceder com ações voltadas para outras faixas etárias além das abarcadas, possibilitando os jovens de acessar uma política pública educacional e vivenciar processos de aprendizagem com potencial de impactarem positivamente na atenuação de dificuldades impostas à grande parte destes.

## REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Almedina, 2011.

BARREIRO, R. G.; MALFITANO, A. P. S. Retrato das políticas públicas governamentais brasileiras para a juventude nos anos 2000. **Última Década**, v. 222, n. 40, p. 133-157, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.cl/pdf/udecada/v22n40/art07.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2022.

BASTOS, R. C. **Avaliação da efetividade do projeto de aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar no município de Coimbra, MG**. 2017. 187f. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2017. Disponível em: <https://www.locus.ufv.br/handle/123456789/11634>. Acesso em: 22 jan. 2022.

CARMO, N. C. do. **Programa Mulheres Mil: uma análise multidimensional**. 2019. 173f. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2019. Disponível em: <https://www.locus.ufv.br/handle/123456789/25859>. Acesso em: 22 jan. 2022.

CARUSO, L. A. C.; POSTHUMA, A. C. Subsídios para a formulação de políticas públicas de juventude no Brasil. In: INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Mercado de trabalho: conjuntura e análise**. Brasília: IPEA, 2020. p. 123-135. Recuperado de: [https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10415/1/bmt\\_70\\_subdisio.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10415/1/bmt_70_subdisio.pdf). Acesso em: 22 jan. 2022.

CARVALHO, F. X. de; NOMA, A. K. Políticas públicas para a juventude na perspectiva neoliberal: a centralidade na educação. **Roteiro**, v. 36, n. 1, p. 167-186, 2011. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/roteiro/v36n01/v36n01a09.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2022.

CORROCHANO, M. C.; ABRAMO, H. W.; ABRAMO, L. W. O trabalho juvenil na agenda pública brasileira: avanços, tensões, limites. **Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo**, v. 22, n. 36, p. 135-169, 2017. Disponível em: <http://alast.info/relet/index.php/relet/article/view/289>. Acesso em: 22 jan. 2022.

FREZZA, M.; MARASCHIN, C.; SANTOS, N. S. dos. Juventude como problema de políticas públicas. **Psicologia & Sociedade**, v. 21, n. 3, p. 313-323, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/cmPPmPBbj6mS3Tnpnmyg3gD/>. Acesso em: 22 jan. 2022.

MARTINS, H. H. T. de S. O jovem no mercado de trabalho. **Revista Brasileira de Educação**, edição especial, n. 6, p. 96-110, 1997. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/rbedu/n05-06/n05-06a09.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2022.

PEREGRINO, M.; PINHEIRO, D.; SOUZA, L. C. de. Engajamento, educação e trabalho: demandas da juventude no Brasil. **Revista de Ciencias Sociales**, v. 31, n. 42, p. 127-150, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.edu.uy/pdf/rcs/v31n42/1688-4981-rcs-31-42-127.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2022.

RIBEIRO, E.; MACEDO, S. Notas sobre políticas públicas de juventude no Brasil: conquistas e desafios. **Revista de Ciencias Sociales**, v. 31, n. 42, p. 107-126, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.edu.uy/pdf/rcs/v31n42/1688-4981-rcs-31-42-107.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2022.

ROCHA, H. S.; MELO, W. R. de. Indução federal de políticas públicas de juventude no Brasil. In: CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE CIÊNCIA POLÍTICA, 8, 2015, Lima, Peru. **Trabalhos apresentados...** Lima, Peru: Pontifícia Universidade Católica do Peru, 2015. Disponível em: <http://files.pucp.edu.pe/sistema-ponencias/wp-content/uploads/2015/01/Rocha-e-Rom%C3%A3o1.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2022.

RODRIGUES, H. B. S. **Políticas públicas para a juventude e gestão local no Brasil: agenda, desenho e implementação.** 2009. 328f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009. Disponível em: <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp139098.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2022.

SANTOS, L. do C. P. As contribuições socioeconômica, laboral e cultural do programa Projovem urbano na (re)inserção dos setores vulneráveis. **Revista PROEX**, v. 3, n. 5, p. 21-31, 2015. Disponível em: <http://periodicos.uesc.br/index.php/extensao/article/view/676>. Acesso em: 22 jan. 2022.

SILVA, C. R.; LOPES, R. E. Adolescência e juventude: entre conceitos e políticas públicas. **Caderno de Terapia Ocupacional da UFSCar**, v. 17, n. 2, p. 87-106, 2009. Disponível em: <https://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/100/65>. Acesso em: 22 jan. 2022.

SILVA, E. R. A. da; ANDRADE, C. C. de. A política nacional de juventude: avanços e dificuldades. In: CASTRO, J. A. de; AQUINO, L.; ANDRADE, C. C. de (Orgs.). **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília: IPEA, 2009.

SILVA, R. S.; SILVA, V. R. da. Política nacional de juventude: trajetória e desafios. **Caderno CRH**, v. 24, n. 63, p. 663-678, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/QHfYfV7nPqyJZwV7KTSjqBs/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 22 jan. 2022.

SPOSITO, M. P.; CARRANO, P. C. R. Juventude e políticas públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, n. 24, p. 16-39, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/dH674czshpNpQDsJ8vsJHLh/?lang=pt>. Acesso em: 22 jan. 2022.

TOMMASI, L.; CORROCHANO, M. C. Do qualificar ao empreender: políticas de trabalho para jovens no Brasil. **Estudos Avançados**, v. 34, n. 99, p. 353-371, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/7gJR8dVYp3WdpCy8hPnNMdF/?lang=pt>. Acesso em: 22 jan. 2022.

**Submetido em:** dezembro de 2023.

**Aprovado em:** janeiro de 2024.